

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL. QUAIS SÃO AS AÇÕES

E QUEM AS FORMULA? UMA ANÁLISE A PARTIR DAS REDES

DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Jairo Alfredo Genz Bolter¹
Jaqueline Mallmann Haas²
Roniere dos Santos Fenner³

RESUMO

O presente trabalho analisa os principais fatos e acontecimentos que marcam a trajetória desenvolvimentista do meio rural brasileiro, atentando para as redes formadas especialmente entre o Estado e os movimentos sociais. Visualizou-se que após longos anos de investimentos fartos e concentrados, ocorreu uma reestruturação da agricultura brasileira, onde alguns acontecimentos, sucedidos ao final do século XX, marcaram fortemente os novos rumos e focos de atuação e de intervenção das ações voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro. Essa alteração só foi possível após uma reestruturação política e institucional no país, a qual garantiu e possibilitou uma participação mais ativa dos movimentos sociais e sindicais, no processo de idealização, formulação e execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, em especial as voltadas para os pequenos e médios estabelecimentos rurais. Esses acontecimentos tornaram, ao final do século XX, os movimentos sociais protagonistas e não mais coadjuvante, no processo de formulação, idealização e execução das políticas públicas voltadas para a agricultura brasileira.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural, Redes, Estado, Movimentos Sociais.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Rural, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 1735, apt. 304, Porto Alegre/RS. Endereço eletrônico: jairolbolter13@yahoo.com.br.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – UFSM. Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 1735, apt. 304, Porto Alegre/RS. Endereço eletrônico: jaquelinehaas@yahoo.com.br.

³ Doutorando em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – UFRGS. Rua Salvador Pinheiro, 2258, centro, São Luiz Gonzaga/RS. Endereço eletrônico: ronierfenner@hotmail.com.

**RURAL DEVELOPMENT IN BRAZIL. WHAT ARE THE ACTIONS
AND WHO THE FORMULA? AN ANALYSIS FROM THE NETWORKS,
THE STATE AND SOCIAL MOVEMENTS**

ABSTRACT

This paper reviews the key facts and events that mark the developmental trajectory of the Brazilian countryside, noting in particular the networks formed between the state and social movements. Envisioned that after long years of investment and concentrates fed, there was a restructuring of Brazilian agriculture, where some events, to succeed the late twentieth century, a strong mark on the new direction and focus of action and intervention actions to promote rural development Brazil. This change was possible only after a political and institutional restructuring in the country, which secured and allowed a more active participation of the moments of social and union in the process of idealization, formulation and implementation of public policies for rural development, particularly focused for small and medium farms. These events have, at the end of the twentieth century, social movements and no longer supporting players in the process of formulation, ideation and implementation of public policies aimed at the Brazilian agriculture.

Keywords: Public Policy, Rural Development, Networking, State, Social Movements.

1 INTRODUÇÃO

Entender o processo de desenvolvimento rural brasileiro é entender ações que perpassam uma determinada área e ou período específico. Nos últimos anos, identifica-se uma acentuação no número de estudos realizados em torno das questões que abrangem a temática dos processos de desenvolvimento rural, segundo Schneider (2007), as discussões protagonizadas sobre o assunto, são relativamente tributárias, da agenda política e das ações governamentais.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar algumas ações direcionadas e com foco no processo de desenvolvimento rural brasileiro, em especial as ações protagonizadas pelos movimentos sociais, os quais se somam e intensificam suas ações no processo de formulação das políticas públicas que vem de encontro a esse processo desenvolvimentista. Durante o trabalho pretende-se

analisar ainda os processos de “cozimento”⁴ das políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro, bem como compreender o período que determinadas ações ocorreram.

Inicialmente a partir de uma breve reflexão histórica dos acontecimentos ocorridos no meio rural brasileiro, pretende-se examinar determinadas condições ligadas aos períodos em que essas ocorreram. Para tanto serão analisadas algumas estruturas existentes no meio rural até os dias atuais. Posteriormente analisar-se-ão alguns acontecimentos isolados ocorridos, no meio rural brasileiro, os quais, para Schneider (2007) podem estar sendo fortemente influenciados pelas ações de caráter normativo e pelas políticas públicas de intervenção do Estado. Para tanto, serão analisadas algumas políticas disponibilizadas pelo Estado, as quais para Peters (1986 p. 21) “são uma soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.

Ressalta-se que no presente trabalho as políticas públicas, não serão analisadas como sinônimos de desenvolvimento rural, mas sim como ações importantes no processo de reestruturação das estruturas agrícolas e agrárias no meio rural brasileiro, processo esse que culmina de certa forma em ações de desenvolvimento rural. Assim, analisar-se-á o impacto das mesmas, nos processos ocorridos ao longo dos últimos anos. Neste sentido, pretende-se dialogar sobre a origem e o processo de idealização, formulação e execução das políticas públicas, em especial a parte inicial, onde se refere à origem de tal demanda, as quais, para Schneider (2007), podem ser fruto da pressão dos movimentos sociais, atores, instituições, e organizações do meio rural, como da mesma forma podem ser oriundas de uma determinada agenda de debates organizados por estudiosos, pesquisadores e ou acadêmicos.

Por fim, será analisada a relação dos movimentos sociais com as redes que formulam as ações voltadas ao processo de desenvolvimento rural do país. Onde visualizam-se, em especial a partir da última década do século XX, que essas passaram a ser também tarefas sociais, ou seja, neste processo ocorre uma intensificação da participação social, via movimentos sociais organizados, os quais passaram a fazer parte de forma mais ativa do processos de idealização, formulação e execução de políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, assim os

⁴ Processo inicial: fatos e ações que ocorrem antes do processo de elaboração de uma determinada política pública.

mesmos passam a ser responsáveis por significativas conquistas direcionadas para o meio rural.

2 CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos visualiza-se um acréscimo significativo no número de análises, estudos e debates a cerca da definição de “desenvolvimento”. Em um desses estudos Kugelmas (2007) afirma que:

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico não são sinônimos. E esta distinção reflete um dos primeiros e mais persistentes dilemas que a experiência desenvolvimentista, sob vários aspectos bem-sucedida, enfrentou. De fato, desenvolvimento econômico é uma idéia mais ampla que supõe transformações estruturais e traz, implícito, um programa social e político; crescimento econômico em si não abarca essas questões. É perfeitamente possível imaginar casos – e temos vários exemplos históricos – de países que obtiveram crescimento econômico, mas com pouco desenvolvimento, com crescimento econômico muito concentrador e enorme reforço das estruturas vigentes. Mas, seja como for, há aí certamente uma associação de idéias e, pode-se dizer, para resumir uma longuíssima discussão acadêmica, que o crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento pleno propriamente dito (KUGELMAS, 2007, p. 09/10).

Além disso, desenvolvimento perpassa uma determinada área, período ou situação. Segundo Sen (2000), ao definir desenvolvimento como liberdade, defende-se que o processo de desenvolvimento deve ser construído pelos próprios seres humanos incluídos e ou atingidos pelo processo, esses poderiam agir de acordo com seus anseios, sua situação e o seu modo de vida, em suma, só teríamos desenvolvimento onde as pessoas fossem livres para agir, pensar e participar do processo.

Outras definições e discussões a cerca do significado de desenvolvimento, encontram-se relacionadas ao tempo, ao período e ou a situação posta. Alguns estudos apresentam definições a cerca do processo de desenvolvimento de forma diferenciada. Schneider (2007), alerta que diferentes demarcações a cerca da definição de desenvolvimento ocorreram em determinados período. Como exemplo, de 1880 até 1920, o desenvolvimento era considerado sinônimo de progresso, de 1945 a 1975, desenvolvimento torna-se sinônimo de crescimento do PIB e a partir de 1980, até hoje, desenvolvimento é algo a ser definido mediante cada situação apresentada. A definição de desenvolvimento perpassar a partir de então, as barreiras ambientais, das liberdades individuais e sociais, sendo só possível

atingirmos o pico de desenvolvimento a partir da eliminação da pobreza e da inclusão social.

Ao focarmos na definição de desenvolvimento rural, percebe-se um aumento ainda maior no volume de estudos e análises a cerca do seu significado. Esses estudos aproximam-se na definição quando culminam na síntese de que desenvolvimento rural, perpassa as barreiras econômica, social, cultural e ambiental. No período atual a definição de desenvolvimento mais utilizada é a definição de desenvolvimento rural sustentável, a qual Chiriboga (1993) define que:

Se entende por desenvolvimento rural sustentável, o conjunto de intervenções destinadas ao crescimento sustentável de todas as formas de atividade econômica existente no meio rural; ao promover a participação e o empoderamento dos grupos rurais, particularmente os mais pobres e excluídos e consolidar suas organizações; assim, como melhorar as condições e qualidade de vida da dita população. Estas intervenções devem realizar-se não somente para obter o desenvolvimento incluyente de todos os grupos rurais, mas também das gerações futuras (p. 1).

A abordagem de desenvolvimento sustentável, não propõem discutir somente o passado e ou o presente, mas sim, discutir o futuro. Discutir as ações e os acontecimentos que ocorrerão ou ocorreram, seus fatos e suas consequência. Essa definição sustenta que no mínimo, teríamos que deixar para as futuras gerações as condições que herdamos, caso contrário, não haveria um desenvolvimento. Neste sentido, cabe-nos avaliar que não seria possível atingirmos o desenvolvimento focado e ou por áreas específicas. Culminando assim, na análise temática das recentes discussões do desenvolvimentismo, as quais dizem respeito ao desenvolvimento territorial, que apresenta por pressupostos a referencia a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. Neste sentido, percebemos uma importante análise a ser refletida que se refere às diversidades e ou acontecimento locais, visão essa conhecida como desenvolvimento regional e ou territorial.

Defensor desta visão, Veiga (2001) propõe que antes de grandes investimentos públicos, são necessárias a existência de estratégias de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, e segundo o autor, falta um arranjo institucional que ajude as articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais, planejar as ações integradas de desenvolvimento, e a captar recursos necessários para sua execução.

Desta forma, propõe:

[...] o surgimento de um contrato territorial de desenvolvimento (CTD) a ser firmado com articulações intermunicipais cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por instâncias competentes. Para que um CTD seja firmado pelo governo federal, o plano deve ser aprovado pelo CNDRS (VEIGA, 2001, p. 72).

Em suma, é possível destacar ainda, neste foco, que não haverá um caminho único para o desenvolvimento rural. É necessário conhecer as heterogeneidades e as diversidades, bem como as estratégias individuais e coletivas, as quais podem variar conforme o contexto e a situação. Da mesma forma, percebe-se que o desenvolvimento rural assenta-se na melhoria da renda e da qualidade de vida dos homens e das mulheres, o que seria possível com a geração de empregos agrícolas e não-agrícolas, com a preservação ambiental e valorização da sustentabilidade, bem como, com a democratização das políticas, sob consolidação das instituições.

Neste sentido, Schneider (2007) defende que seria necessário uma agricultura, capaz de: satisfazer à segurança alimentar dos povos; fazer uso racional e sustentável dos recursos naturais; garantir qualidade de vida e reprodução social aos agricultores; e contribuir para o desenvolvimento econômico da nação. Para tanto é necessário uma intervenção intensa do Estado no processo de desenvolvimento rural, o qual deverá ser o coordenador e regulador do processo.

3 FATOS E ACONTECIMENTOS QUE MARCAM O MEIO RURAL BRASILEIRO

Mesmo que as “condições estruturais”⁵ existentes no meio rural brasileiro, não tenham sido alteradas significativamente desde o início da colonização, percebe-se que ocorreram muitas alterações importantes para a permanência de milhares de famílias que vivem no meio rural brasileiro, em especial as oriundas de pequenas e médias propriedades.

Partindo de 1930, quando a agricultura brasileira, mesmo com suas brandas evoluções, era à base da economia do país, é possível entender alguns acontecimentos que marcaram a história agrária e agrícola brasileira. Neste período, atentando para a importância desse setor, o governo passou a estabelecer políticas de fortalecimento à produção agrícola, especialmente produtos destinados a

⁵ Entre essas condições estruturais levantadas, estão a concentração de terra e de renda.

exportação. Esse fato se estende até 1945, quando a agricultura passa para segundo plano, pois os governantes brasileiros, optam a partir daí pelo desenvolvimento econômico baseado no modelo industrial, o que faz com que o cenário e as políticas brasileiras passem a acompanhar uma nova ordem econômica mundial, com um viés economicista de características eminentemente técnico-industriais (RIBEIRO, 2005).

Neste cenário a agricultura, que já não se apresenta mais como alternativa de desenvolvimento, passa secundariamente a fortalecer o setor industrial, ou seja, a agricultura fornece matéria prima e mão-de-obra de baixo custo, e consome os produtos industriais. A partir daí, dá-se início a um processo crescente de homogeneização dos sistemas produtivos agrícolas, preconizando-se o processo de industrialização, redirecionando a agricultura como setor secundário aos interesses do governo.

Só em 1960, um movimento governamental, tentará alterar esse processo, o qual procura unir agora a indústria e o campo, trazendo a conotação de um projeto desenvolvimentista que foi apresentado, segundo Silva (1996) como a “Revolução Verde”. Esse projeto, que produziu uma das maiores alterações no meio rural brasileiro, por um lado modernizou o campo, aumentou a produtividade agrícola, garantiu índices satisfatórios de produtividade (no geral e por hectare), por outro lado, contribuiu para elevar a exclusão e as desigualdades sociais no campo, afetando principalmente as pequenas propriedades.

Tal processo, somado a ação de mecanização, que vinha imbuído na Revolução Verde, só foi possível ser implantado, com influência das políticas públicas, em especial as de crédito rural. Neste sentido, percebe-se uma forte influência do Estado, sob as condições estruturais existentes na atualidade, no meio rural brasileiro, em especial as que dizem respeito às questões de terra e renda, que ainda não foram resolvidas. Ou seja, mesmo com os acontecimentos, fortalecidos ou não pelo Estado, estamos frente a uma estrutura agrária e agrícola concentrada.

Em meados dos anos 1980, com muitos problemas estruturais, tanto no campo quanto nas cidades, começam a surgir de forma mais organizadas as organizações sociais (surge o MST, MAB, MMC, Rurais da CUT, os quais acabam se aliando com a CONTAG⁶), hoje transformados em movimentos sociais e ou

⁶ Voltaremos a analisá-los, no atual trabalho, porém mais a frente em: “os movimentos sociais...”.

sindicais. Os quais, somando ao processo de redemocratização do Estado (pois a partir deste momento o mesmo passou a permitir a mobilização e a organização social, após longos anos de ditadura militar), ganham espaço e terreno fértil para atuarem.

Na década de 1990, importantes acontecimentos ocorreram no meio rural e fora dele. Dos quais Schneider (2007), destaca a estabilização macroeconômica⁷ (a qual ocorreu pela implantação do Plano Real), algumas determinações contidas na nova constituição de 1988, a estabilização macroeconômica, o ambiente jurídico e institucional propício e a organização das organizações sociais que inicialmente (década de 1980), tinham suas ações e ou atuações determinadas por reivindicações e ou ações contestatórias, as quais, passam a partir de década de 1990 a ter ações proativas e propositivas.

Com esse ambiente político e institucional, surgem importantes ações, voltadas para o meio rural brasileiro (as quais persistem até os dias atuais), em benefício dos pequenos e médios estabelecimentos rurais. Das quais destacam-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (o qual passa a reconhecer além dos camponeses e dos patronais, os agricultores familiares) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (o qual é responsável pela centralização das ações voltadas para os pequenos e médios estabelecimentos rurais, até então distantes das ações públicas).

Essas ações, em parte, somadas as novas estruturas e condições existentes, são o objeto de análise do presente trabalho, pois, faz-se necessário analisar a origem das mesmas, as quais podem ter inicialmente duas origens como hipóteses: a demanda e ou reivindicação social⁸; e ou os estudos e pesquisas realizadas por estudiosos e pesquisadores ligados a área.

4 O PAPEL DO ESTADO

Ao analisar o período histórico a cerca das ações voltadas para o meio rural, percebe-se uma forte influência do Estado nos processos de desenvolvimento rural brasileiro. Desta forma, entender, o processo de atuação do Estado, tanto em âmbito

⁷ Consideramos importante esse acontecimento, pois em torno do mesmo, giram importantes fatos voltados para o meio rural, principalmente os relacionados à “cadeia” de preços dos produtos agrícolas.

⁸ Uma das mais significativas é a aposentadoria rural

geral, quanto específico, é necessário, através da utilização de alguns estudos realizados frente ao entendimento e a percepção em relação à atuação do Estado, seu papel e/ou forma de intervir nas questões relacionadas. Neste contexto, percebe-se a existência de duas importantes e antagônicas vertentes a cerca da atuação do Estado, no processo de idealização, aplicação e regularização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Uma vertente considerada aqui, mais tradicional, visualiza na agricultura, e/ou produção de grande escala, a alternativa para o desenvolvimento do rural brasileiro. Esse grupo de autores defende que a pobreza e a fome será erradicada pela liberalização dos mercados. Os defensores desta visão, assim como Delfim Neto (2009), acreditam e defendem que o Estado, deve encarregar as tarefas, que não são típicas do setor público, à iniciativa privada (privatização). Possibilitando assim ao mesmo, concentrar suas ações nas tarefas de governo. Essa mesma corrente defende que o Estado não tem que investir nos seres humanos, e sim deve investir no mercado, para fazer com que esse se fortaleça e assim, os mesmos se responsabilizem pelos seres humanos, proporcionando emprego, alimento, etc.

Um período que caracteriza fortemente essa visão, esta entre meados da década de 1940 e o início dos anos 1980, o qual, segundo Leite (2005), é denominado “um projeto nacional desenvolvimentista”. Esse projeto, que foi abalado fortemente pela crise internacional que atingiu tanto o capitalismo Europeu como o Norte-Americano, atingiu da mesma forma a América Latina como um todo, pois essa seguia a risca o modelo. No Brasil, esse período ficou conhecido como um período da industrialização, que antecede a década perdida (1980), porém, esses acontecimentos fazem com que o Brasil, passe por uma década de crise e de estagnação de suas estruturas.

No final do século XX, início do século XXI, a corrente, em que se encontram Williamson (2000), entre outros defensores do “Estado Mínimo”, encontra-se enfraquecida, ou ao menos não consegue explicar às inúmeras vezes que o mercado, tem solicitado a intervenção do Estado⁹. Assim, se fortalece alguns exemplos, tratado aqui como “Estado Atual”.

Essa vertente defende que o Estado seja o centro das atenções, e que esse é o encarregado pela idealização, coordenação e fiscalização das políticas públicas

⁹ Exemplo é a crise financeira mundial, ocorrida no final da primeira década de 2000. Onde os Estados foram chamados para salvar os sistemas financeiros de alguns países.

e ações de desenvolvimento, tanto nas gerais quanto as específicas. A mesma corrente, defende a maximização e ou valorização dos seres humanos como principal foco de atuação do Estado. Segundo Veiga (2001), essa vertente, também defende a atuação e intervenção do Estado por via territórios, desta forma, ao invés de fortalecer a especialização devoradora de postos de trabalho, encontra como alternativa a diversificação das economias locais.

Nos últimos 20 anos, essa segunda vertente tem ganhado força no Brasil, o que só foi possível, devido às condições políticas e institucionais adequadas para um processo, as quais, proporcionam as discussões referentes as políticas de desenvolvimento rural. Por exemplo, o Estado, através de seus administradores, passa a investir nas ações em parceria com, o que Muller (2007), nomina como redes sociais, as quais de certa forma possibilitam importantes ações do Estado com o meio em que as mesmas atingem. Essas redes são de certa forma, possíveis, tanto pela existência de organizações sociais organizadas, de um Estado flexível para essa forma de atuação, bem como pela existência de estudos e estudiosos, que se relacionam e sugerem a criação de instrumentos que possibilitam que essas ações surjam e se reorganizem, em torno de importantes acontecimentos voltados para o meio rural.

Assim, no Brasil, percebe-se que ao final do século XX, encontramos o Estado, os movimentos sociais, e os estudiosos, de certa forma, ligados por essas redes, pensando e formulando ações e ou políticas públicas voltadas para o meio rural. Assim, o Estado volta-se os agricultores (agora também os pequenos e médios), os quais, bem como suas organizações, não são mais algo obscuro no processo e sim, são os focos para as novas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural do país¹⁰.

5 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS RURAIS E O DESENVOLVIMENTO RURAL

No Brasil as organizações sociais rurais, de acordo com Medeiros (1989), começam a surgir de forma mais organizada, após o Governo liderado por Getulio Vargas, ter concedido em 1944, a legalidade e o direito de sindicalização aos trabalhadores rurais. Segundo Navarro (1996), os primeiros agricultores que

¹⁰ Processo semelhante ao proposto pelos atores que defendem a Perspectiva Orientada ao Atores.

conseguiram se mobilizar foram os trabalhadores das grandes plantações, os quais lutavam por melhores salários, pelo direito a plantar nas ruas das produções, e por direitos trabalhistas. Esses movimentos ocorriam em São Paulo, Pernambuco e na Bahia, em especial nas lavouras de cacau, cana e café. Os arrendatários, os parceiros e os meeiros, também começariam a mobilizar-se de forma mais organizada, esses, porém, se organizavam contra o aumento das taxas de arrendamento, bem como pela possibilidade de permanência nas terras, essas organizações ocorriam nos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Visando auxiliar essas mobilizações e organizações sociais, em 1953, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) realiza segundo Almeida e Navarro (1998), uma convocação nacional de trabalhadores rurais, encontro que ficou conhecido como a I Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Essa iniciativa fortaleceu vários movimentos sociais em todo o território brasileiro, sendo que um deles consegue em 1954 fundar em São Paulo a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab), a qual surge com o objetivo de organizar os sindicatos de agricultores, para que esses possam lutar por direitos civis, trabalhistas, previdenciários e pela reforma agrária¹¹.

Com isso, muitos movimentos e organizações de forma localizadas, começam a surgir em todo o país, uns mais organizados, outros menos, mas todos com um intuito comum, o de conquistar seus direitos e a sua valorização por parte dos governos.

Segundo Navarro (1996), outros fatos importantes oriundos dos movimentos sociais são os conhecidos “ciclos de protestos”, que ocorrem entre 1950 e 1960, os quais constituíram e multiplicaram muitos sindicatos de trabalhadores rurais em todo o país, esses que mobilizavam as Ligas Camponesas, que abraçaram primordialmente os pequenos produtores, geralmente não proprietários de terra. Nestes processos de organização faziam parte o próprio Estado da época, as Igrejas e os partidos políticos, os quais muitas vezes acabavam disputando a representação dos pobres do campo.

Em 1963, com um gesto de fortalecer a Ultab e tentar manter o controle legal da luta no campo, o Presidente da República João Goulart, assina o Estatuto do

¹¹ Essa que passa a ser um foco, juntamente com o crédito, das discussões referentes ao desenvolvimento rural no Brasil.

Trabalhador Rural, reivindicado pela entidade desde 1959. Neste mesmo ano, segundo Almeida e Navarro (1998), surge a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que acaba sendo reconhecida pelo governo em 1964 como legítima representante dos trabalhadores rurais brasileiros.

Em 1981, segundo Favareto (2001), ocorre em São Paulo a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, evento que foi tratado como a retomada da organização sindical brasileira. Neste mesmo período, fortalecidos, pela diversidade de representação e ou de trabalhadores brasileiros, começam a surgir às oposições sindicais, movimento que culminariam com a constituição de uma nova proposta sindical. Essas ações proporcionaram a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a qual viria a intensificar as mobilizações sociais no país, atingindo também o meio rural, onde novas organizações começam a surgir e ou ressurgir (MST, MAB, MMTR, MPA, etc.). Com a não filiação da CONTAG a CUT, a Central cria uma secretaria rural, a qual passa a fazer frente às discussões rurais da Central. Essas discussões se intensificavam tendo como suporte a crítica ao sindicalismo rural tradicional (representado pela CONTAG, a qual passaria a sofrer fortes críticas pela sua atuação, em especial durante o governo militar), e a proposta de uma nova agenda para o meio rural.

As bandeiras de lutas desses movimentos, que até 1986, eram centralizadas na Reforma Agrária e no fim dos Conflitos Rurais, a partir do segundo congresso da CUT, realizado em 1986, passam a pautar também uma nova política agrícola, essa porém ainda pouco detalhada. Neste congresso, segundo Favareto (2001), o surgimento de novas propostas para o meio rural, é fruto da existência de uma maior diversidade existente no meio, para a qual era solicitado propostas concretas e adequadas para cada realidade, porém ainda não apresentadas concretamente.

No congresso de 1988 da CUT, os rurais (sempre fortemente representados dentro dos congressos da Central), conquistam a transformação da secretaria dos rurais, em um Departamento Rural. Essa transformação intensifica as ações da Central no meio rural, bem como intensifica as críticas relacionadas ao sindicalismo tradicional representado pela CONTAG. Nesse momento, começam a surgir nas pautas da CUT, via Departamento rural, segundo Favareto (2001), as reivindicações mais estruturais, ou seja, passam a surgir solicitações de políticas para os assalariados rurais, pequenos produtores, pescadores, povos de florestas, povos indígenas, atingidos por barragens, etc.

Porém as muitas divergências fazem com que os próprios Rurais da CUT acabem se enfraquecendo. O que leva a construção e a criação, em 2001 da FETRAFSUL, a qual em meados de 2003 cria a sua própria Federação Nacional, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAFBR). Essa surge com uma nova proposta de sindicalismo, porém ambas permanecem ligadas a CUT.

Já a CONTAG que dispõe de suas próprias Federações Estaduais, as FETAGs, permanece até o ano de 2008 na CUT, quando junto com outras instituições urbanas cria neste ano a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB). Essas alterações, incluindo o Movimento dos Pequenos Agricultores, que é ligado a Via Campesina e ao MST e a CUT, acabam por sua vez dividindo um território de representação popular no meio rural.

Essa movimentação faz com que os próprios governos, encontrem nas organizações sociais, a parceria necessária para a difusão de ações voltadas para o meio rural. Pois a representação sindical, além de complexa é abrangente e está representada em grande parte do território nacional, sendo assim é um importante segmento no processo de desenvolvimento rural. Neste sentido, Muller (2007) destaca que as redes proporcionadas, pelos movimentos sociais para com o setor público (Estado), bem como para com os pensadores e os estudiosos, tem sido fundamental para a formulação e a idealização de importantes políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro. Fato que faz com que mesmo com a fragmentação dos movimentos a idealização, a construção e aplicação das políticas públicas, passa a ser, também é uma tarefa dos movimentos sociais e sindicais.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO MEIO RURAL

No Brasil, existem atualmente diversas políticas públicas direcionadas para o meio rural¹². Talvez a maior intervenção das mesmas, tenha sido nos anos 1960, período em que financiamentos e subsídios impulsionaram os processos de produção e comercialização dos produtos oriundos da agricultura brasileira. Essas, somadas a algumas alterações importantes que ocorreram nos últimos anos, buscaram solucionar o problema do crédito via políticas de investimentos e

¹² Podem ser questionada se as mesmas vêm de encontro a algum processo de desenvolvimento rural ou não, mas não se discorda da existência de tais políticas.

financiamentos. Neste período além das políticas de créditos, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é visto com importante no processo. Esse atingiria o segundo ponto¹³ importante para o processo de desenvolvimento rural do país. Porém, no que tange a reforma agrária e ou reestruturação fundiária no país, pouco se alterou ao longo dos últimos anos.

Com um impacto tão relevante quanto às tradicionais políticas públicas, surgem ao final do século XX, início do século XXI, algumas políticas significativas para o processo de desenvolvimento e de inclusão social das propriedades de pequeno e médio porte, em especial as de agricultura familiar. Essas políticas públicas, como aposentadoria rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF¹⁴, Programa de Garantias de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar – PGPAF, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Habitação Rural, entre outros, estão sendo fundamentais para a permanência de grande parte dos agricultores e agricultoras atualmente existentes no meio rural.

Assim, percebe-se que as atuais políticas públicas voltadas para o meio rural, de certa forma, são direcionadas, segundo Guanzioli (2007), para os estabelecimentos de agricultura familiar. Neste sentido, opta-se por uma intervenção em um percentual maior de estabelecimentos agropecuários.

Segundo Schneider (2007), nos últimos anos, das políticas compensatórias dos anos 1970, passaram a existir, importantes políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural do país, as quais, segundo Muller (2007), possivelmente sejam fruto da costuras entre a sociedade civil organizada, o Estado e os pensadores. O que só foi possível devido à existência de redes de atuação, bem como, pelas condições políticas e institucionais existentes no Brasil.

Por fim, ao analisar o processo de desenvolvimento rural do país, percebe-se algumas alterações no papel e na forma de disponibilizar as políticas públicas voltadas para o meio rural. Segundo Wilkinson (2003), um dos focos para as políticas públicas atacarem é a produção de alimentos, e não mais o caminho de desenvolvimento rural voltado a produção de commodities. Neste sentido, passa a ser importante e ganha espaço as discussões relacionadas ao próprio mercado

¹³ Dois pontos são levantados como importantes para o desenvolvimento rural no Brasil, o primeiro se refere as políticas de créditos e o segundo se refere a reforma agrária.

¹⁴ É um audacioso e importante programa que foi formulado e implementado visando atender uma parcela significativa de agricultores que não tinham e ou pouco tiveram acesso a os programas de investimentos e ou de financiamentos anteriormente implementados. Esse programa gerou muitos estudos sob seu papel bem como sua importância.

interno brasileiro. Fazendo com que muitas ações voltem-se aos processos de desenvolvimento locais e ou regionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que desenvolvimento rural, seja a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, pode-se presumir que de certa forma, mesmo ainda distante do ideal, existe um processo de desenvolvimento rural sendo construído no Brasil. Pois, percebe-se a existência de importantes políticas públicas direcionadas para o meio rural, priorizando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sendo assim, essas podem ser consideradas, parte de um projeto de desenvolvimento do meio rural.

Atualmente a existência de políticas públicas direcionadas para o meio rural, como habitação, saneamento, água encanada, luz elétrica, educação, transporte, saúde, geração de renda, preços mínimos, crédito, somadas as políticas compensatórias, podem ser consideradas iniciativas importantes para um processo de inclusão social. Diferentemente das políticas públicas instituídas no país em determinados períodos, as quais tinham um viés individualista e centralizador.

Ao final do século XX, com as condições políticas e estruturais favoráveis, ganham força alguns estudos que defendem e consideram importante a inclusão das organizações de representação social no processo de planejamento, gestão e execução das ações governamentais. Essa participação somada ao amadurecimento dos movimentos sociais e sindicais, os quais passaram de reivindicadores à ativistas do processo, foi fundamental para a existência de importantes políticas públicas, hoje disponíveis no país.

Assim, percebe-se que a atuação dos movimentos sociais tem sido importante para o processo de desenvolvimento rural, pois os mesmos, ao passarem a fazer parte das redes de formulação das ações voltadas para o desenvolvimento rural podem contribuir para que essas ações tenham mais êxito, pois os mesmos representam os anseios e o interesse dos beneficiados.

Porém, diversos problemas ainda existem no meio rural. Existem milhares de agricultores vivendo em situação de pobreza absoluta, o que demonstra que nem todas as políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento rural têm um mesmo nível de alcance e propósito. Neste sentido, percebe-se que algumas ações, estão

sendo mal idealizadas e ou formuladas.

Partindo deste contexto, algumas hipóteses, a cerca do processo de cozimento, idealização, formulação e execução das políticas públicas, ainda persistem: - Nem todas as políticas públicas e ações voltadas para o desenvolvimento rural, estão sendo formuladas pelas redes; - Algumas pessoas e ou lideranças que participam das redes, estão ditando as regras no processo de discussão, esses não estão respeitando o anseio e ou a reivindicação dos demais participantes; - Nem tudo que se discute se implementa, ou até mesmo seja implementado diferente do discutido; - O espaço disponível para a atuação dos movimentos sociais e sindicais, não está sendo suficiente para que os mesmos difundem seu ponto de vista; - As representações que participam dessas redes não estão sendo fieis a sua representação; -Pode estar existindo muita discordância entre as redes.

Sendo assim, ao finalizar o presente trabalho, acredita-se ser necessário um aprofundamento maior com relação a análise a cerca do processo de “cozimento” das políticas públicas, pois muitas dúvidas ainda persistem em relação ao processo de formulação e execução das ações e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: Idéias e ideais na perspectivas do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

CHIRIBOGA, M. **Que hemos aprendido en Desarrollo Rural en los 90?** RIMISP, Chile, 2002.

DEFIM NETTO, A. Desenvolvimento econômico brasileiro: retrocessos e avanços. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XVIII, nº 01, 2009.

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (SOBER) Rio de Janeiro; Vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

LEITE, S. P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol.13, nº2, 2005.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MÜLLER, A. L. **A Construção das políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre. 2007.

NAVARRO Z. **Políticas Protesto e Cidadania no Campo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS,

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, 2001.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SCHNEIDER S.; SILVA M. K.; MARQUES P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** XXII Congress of the European Society for Rural Sociology, Wageningen, The Netherlands, 20 – 24, August 2007.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, F.; MEDINA, J. G. F. (Org.) **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI.** 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, v. 1, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1996.

VEIGA, J. E. et. alii. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília, CNDRS, MDA, NEAD, Texto para Discussão nº 01, 2001.

VEIGA, J. E. O que é desenvolvimento? In: VEIGA, J. E; **Desenvolvimento sustentável. O desafio do Século XXI.** São Paulo: Garamond, 2006.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar no América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, 2003.

WILLIAMSON, J “What should the World Bank think about the Washington Consensus?” **The World Bank Research Observer**, 15 (2), 2000.